
Integridade na pesquisa: orientações e reflexões para a autoria de manuscritos¹

Luis Paulo Leopoldo Mercado²

 <https://orcid.org/0000-0001-8491-6152>

Ana Paula Monteiro Rêgo³

 <https://orcid.org/0000-0002-7505-2476>

Resumo

O artigo aborda a importância da promoção da cultura da integridade na pesquisa e questiona as fragilidades éticas na etapa da sua difusão, as possibilidades de correção da literatura e a formação do educador pesquisador. É um estudo qualitativo, desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Vale-se de textos e documentos que sustentam os critérios e os procedimentos utilizados pela comunidade científica na validação de um manuscrito. Perspectivando o fortalecimento da cultura da ética e da integridade na pesquisa, aponta para a necessidade de processos formativos reflexivos que abordem o contexto da publicação e as boas práticas.

Palavras-chave: Integridade na pesquisa; Autoria; Publicação.

Integrity in research: guidelines and reflections for the authorship of manuscripts

Abstract

The article discusses the importance of promoting a culture of integrity in research and questions the ethical weaknesses at the stage of disseminating research, the possibilities of correcting the literature and the training of research educators. This is a qualitative study based on bibliographical and documentary research. The texts and documents used support the criteria and procedures used by the scientific community to validate a manuscript. With a view to strengthening the culture of ethics and integrity in research, it points to the need for reflective training processes that address the context of publication and good practices.

Keywords: Research integrity; Authorship; Publication.

¹A pesquisa contou com financiamento do CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa).

²Universidade Federal de Alagoas, Maceió: luispaulomercado@gmail.com.

³Universidade Estadual de Alagoas e Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, Maceió: anapaulamr.psicologia@gmail.com.

Introdução

A necessidade de respostas a questões relativas aos mais diversos tipos de conhecimento é que impulsiona o desenvolvimento das ciências. A produção científica é de natureza dinâmica e está imbricada ao desenvolvimento das sociedades. O fazer Ciência pode ser descrito como um processo que envolve comunicação e interação entre pesquisadores, instituições ligadas à pesquisa e entre o pesquisador e pessoas que, direta ou indiretamente, serão consumidores do conhecimento produzido. E “[...] o dever da integridade manifesta-se em relação a vários destinatários: a comunidade científica, a profissão, o público, o cliente. [...]” (PEIXOTO, 2021, p.54).

Na comunidade científica, o trabalho de um pesquisador é submetido a regulações procedimentais e a princípios éticos estabelecidos por instituições de pesquisa para ser qualificado como de natureza científica. A integridade da pesquisa garante o seu pertencimento e o seu *status* perante a comunidade científica. A identidade do pesquisador é construída com base em múltiplas referências ao longo de sua formação. Ele tem autonomia para escolher metodologias e perspectivas teóricas que fundamentem sua pesquisa e para definir-se a partir do momento que assume ou não determinados valores e princípios na prática da pesquisa (PEIXOTO, 2021).

A qualidade da pesquisa se materializa na produção de novos conhecimentos, no rigor nos procedimentos de investigação utilizados; na comunicação/discussão dos resultados; na introdução de dimensão crítica; na reflexão sobre fontes, métodos e modos de trabalho; na coleta de dados sistematizada; e nas interpretações assentadas em teorias reconhecidas e atuais, contribuindo para elaborar uma problemática e ampliar o conhecimento científico.

O pesquisador deve comunicar “[...] seus achados de maneira clara, objetiva, imparcial e honesta [...] favorecendo outros pesquisadores, pessoas interessadas na temática investigada e o desenvolvimento da própria ciência” (MORAIS; BAPTISTA, 2016, p. 85). A conduta ética na publicização dos dados da pesquisa favorece o reconhecimento dela, do pesquisador e do próprio instrumento de divulgação utilizado.

A comunicação de uma pesquisa pode ser feita de forma oral (reuniões científicas, plataformas de áudio) ou de forma escrita em periódicos científicos de acesso físico ou digital. O cenário tecnológico contemporâneo pode ser apontado como responsável pelo crescimento do

número de publicações *online* como também pela expansão da disponibilidade de conteúdos científicos em repositórios *online* abertos, patrocinando ilimitada circulação de conteúdo acadêmico para toda a sociedade.

Práticas antiéticas em publicações, tais como: ressubmissão de artigos reprovados sem qualquer reformulação; reordenamento de textos publicados, com intento de republicação; avaliadores não isentos de conflitos de interesse; critérios de avaliação não uniformes; artigos não qualificados para publicação e publicados mediante pagamento, dentre outras, exigem o estabelecimento de princípios éticos editoriais a serem seguidos pelos autores (VILAÇA; PALMA, 2015). Para Fernandes *et al.* (2011), a expansão do número de periódicos científicos no Brasil desde o início dos anos 2000 vem impulsionando também o desenvolvimento de políticas editoriais no intuito de garantir a credibilidade e a integridade das publicações.

Neste artigo, a publicação é abordada como ponto de culminância da pesquisa, momento de peculiar relevância na carreira acadêmica dos pesquisadores e atividade determinante para o crescimento da própria comunidade científica. Enfocamos a conduta ética e a integridade na divulgação científica, a partir das seguintes questões: a quais fragilidades éticas está sujeita a divulgação de pesquisas? Quais documentos norteiam pesquisadores em Educação acerca das boas práticas de pesquisa no momento da difusão da pesquisa? Como formar um pesquisador na área da Educação que se atente para desenvolver boas práticas em todas as etapas da pesquisa e, em especial, na de difusão?

Motivamo-nos em buscar respostas a estas indagações por consideramos que elas ainda não são totalmente abordadas em textos relacionados à temática, bem como por não ser possível identificar uniformidade nas regras relativas à conduta ética e às boas práticas na publicação quando elas são apresentadas em periódicos. Em grande parte dos periódicos científicos, essas regras são apresentadas em seções intituladas “critérios de publicação”, “orientações aos autores” ou “normas de publicação”, de forma genérica ou apenas são mencionadas instituições que congregam editores ou agências de fomento. Pretendemos encontrar caminhos que possam ser apontados aos pesquisadores no sentido da excelência e da uniformidade de condutas éticas no momento de difusão do conhecimento.

Este artigo traz reflexões resultantes de uma pesquisa qualitativa, exploratória e teórica desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Foram utilizados documentos

regulatórios nacionais e internacionais acerca da ética e da integridade em publicações, livros físicos e textos disponibilizados na biblioteca *Scielo* Brasil (*Brazil Scientific Electronic Library Online*) e no repositório virtual da Associação Nacional de Pesquisadores em Educação – Anped (2019, 20121, 2023). As buscas na *Scielo* ocorreram entre janeiro e julho de 2023, por meio da combinação de palavras-chave e descritores (“ética em publicação”, “integridade na publicação científica”, “regulação ética” “direitos autorais”, “plágio”, “autoplágio”) e da utilização dos operadores booleanos *AND* e *OR*. Foram selecionados textos nacionais e internacionais publicados de 2000 até 2023 com temática correspondente aos objetivos da pesquisa.

Este texto está ordenado em quatro seções: a primeira aborda as fragilidades éticas relativas à etapa de difusão da pesquisa; a segunda trata das possibilidades de correção ética da literatura e de condutas não éticas em publicações; e, na terceira e na última seção, são apresentadas reflexões acerca da formação do educador pesquisador para as boas práticas na divulgação da pesquisa.

Quais as fragilidades éticas que mais se apresentam na divulgação de pesquisas?

A publicação original de um artigo científico corresponde à fase da textualização dos resultados de uma pesquisa, envolvendo a composição de manuscrito do estudo científico, o atendimento aos critérios de originalidade e inovações trazidas pelo estudo. É a fase de comunicar e divulgar, tornando a pesquisa pública, conhecida entre os pesquisadores e o público em geral.

O tema das boas práticas na publicação e o da educação para a conduta ética vem recebendo maior notoriedade e sendo discutido no campo acadêmico, por conta do grande número de condutas não éticas e da detecção do crescimento de estudos que têm posto em questionamento a integridade da pesquisa, do pesquisador e do periódico científico utilizado como veículo de apresentação de trabalhos de pesquisa à comunidade científica e à sociedade em geral. Destacamos as publicações de Silva *et al.* (2018), Oliveira, G. (2015), Oliveira, M. (2015), Resnik, Patrone e Peddala (2010), Santos (2011), Brooks, Teriele, Maguire (2017), Mainardes (2017a, 2017b), Santana e Francisco (2017), Phitan e Oliveira (2016), Vasconcelos (2016), Vilaça (2015), Whilite e Fong (2012), Hilário, Grácio e Guimarães (2018), Severino (2014, 2015, 2019a,

2019b), Carvalho (2019), Pithan e Barcelos (2016), Russo (2014), Rocha *et al.* (2012), De La Fare e Savi Neto (2019), De La Fare (2019), Goldim (2012, 2016), Steneck (2006), Gray e Jordan (2012); Amaral Filho (2017), Pinho (2005), Kischbaum e Mascarenhas (2009), Padilha *et al.* (2005); Diniz e Sugai (2008), Albuquerque (2009), Pithan e Vidal (2013), Hames (2012), Rodrigues (2009), Targino e Garcia (2008), Vasconcelos (2014, 2016) Domingues (2013), Avila (2015), Ramos e Pimenta (2013), Fernandes, Fernandes e Goldim (2008), CNPq (2011), Shinkai (2011), Costa e Pimenta (2015); Pennisi, Franco e Paranhos (2021) e Peixoto (2021).

Padrões internacionais são aceitos em todo o mundo para facilitar o intercâmbio de pesquisas e sua recuperação. Autores, avaliadores, editores, indexadores e instituições de pesquisa de diversas áreas do conhecimento fundamentam-se em documentos regulatórios nacionais e internacionais que se complementam e tendem a indicar direcionamentos convergentes rumo à qualidade ética na publicação de estudos.

Citamos como principais documentos normativos relacionados à integridade nas publicações: Código da *American Educational Research Association* (AERA, 2011); Ética e pesquisa em Educação: subsídios (ANPED, 2019, 2021, 2023); Código de Boas Práticas Científicas da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo-FAPESP (2014); Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa Conselho Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2011); *Council of Science Editors* - CSE 2012/traduzido pela Associação Brasileira de Editores Científicos (CES, 2017); Código de Ética nas Publicações do Comitê de Ética em Publicações (COPE, 2015a); Código de ética nas publicações da *American Psychological Association* (APA, 2020) e *Fostering Integrity in Reserach* (*National Academies of Sciences, Engineering and Medicine Report*, 2017).

A maior parte desses documentos considera como más condutas ou práticas desonestas as que ferem a integridade, podendo comprometer a propriedade intelectual, a avaliação das pesquisas e o controle da qualidade dos resultados dos estudos (ALMEIDA *et al.*, 2016). Pesquisadores da área da Educação podem acessar esses padrões em documentos nacionais e internacionais produzidos por associações científicas diversas.

Nestes documentos são analisados os elementos teóricos e a aplicabilidade da integridade na pesquisa no contexto da formação e na prática de editores de periódicos. São também mencionados: situações que podem caracterizar práticas não éticas na pesquisa;

procedimentos para o registro e a publicação de retratações (*retracted*); e manifesto de preocupação (*expression of concern*). Ademais são descritos procedimentos que devem ser adotados em casos de identificação de plágios, submissões duplicadas, manuscritos já publicados, fraudes em pesquisas e no processo de cancelamento de artigos.

As orientações apresentadas nesses documentos objetivam favorecer editores de periódicos a desenvolverem competências para identificar falhas em manuscritos e na habilidade de atuar com os autores de forma construtiva, corrigindo falhas e melhorando os artigos. Embora esses documentos sejam normativos, há neles um caráter educativo e preventivo.

A etapa de difusão de uma pesquisa envolve vários atores (pesquisadores, instituições participantes, avaliadores, editores, consumidores do conhecimento, dentre outros). Nessa etapa, a má conduta de qualquer um deles poderá afetá-los em diferentes proporções. E, mediante as atuais normativas vigentes, sendo constatada alguma forma de má conduta nessa etapa, serão exigidas reparações ou aplicadas sanções em conformidade com o envolvimento de cada um dos responsáveis.

Os resultados de uma pesquisa, publicados em artigos em periódicos especializados, só são disponibilizados depois de lidos e aprovados rigorosamente por pelo menos dois especialistas na área. Essa familiaridade favorece identificar erros ou a má conduta científica nos artigos submetidos ao periódico. A fim de que não haja conflitos de interesses, a identidade dos avaliadores não é revelada aos autores. Um protocolo de correção sem a identificação do avaliador é devolvido aos autores com as devidas correções e sugestões de adequação do texto ao periódico. Esse processo de análise não está livre de falhas, mas busca garantir que a rejeição ou a aprovação do artigo seja feita com base em critérios de validação científica previstos em documentos normativos.

As principais fragilidades éticas, relativas à publicação de um trabalho científico, estão dispostas nos marcos regulatórios referidos e aqui sintetizados como: a autoria; o plágio e o autoplágio; as submissões simultâneas; as publicações manipuladas (duplicadas, fracionadas, aumentadas e a reciclagem de textos); as citações coercitivas; e os conflitos de interesses na avaliação dos pares e na divulgação científica.

a) *Autoria*

Autores são responsáveis pela veracidade e confiabilidade dos resultados relatados, por garantir que a pesquisa foi realizada de acordo com leis e regulamentações relevantes, por interagir com editores e funcionários de revistas durante a publicação, e por defender o trabalho após a publicação. A autoria determina quem recebe crédito pelo artigo e fixa a responsabilidade se/ou quando problemas ou erros são descobertos.

Na etapa de publicação, muitas incumbências recaem sobre os pesquisadores autores, como por exemplo, assumir integralmente a garantia da originalidade e autoria do artigo; zelar pela correta creditação dos autores e coautores; responsabilizar-se pelos dados, conclusões e conteúdos apresentados nos artigos; declarar conflitos de interesse que possam induzir os resultados divulgados no artigo e/ou a sua interpretação; declarar todas as fontes de apoio financeiro; notificar imediatamente o periódico em caso de erros, imprecisões ou problemas relativos ao artigo submetido ou publicado; incluir afirmação de que todos os dados no artigo são reais e autênticos e que o artigo não viola os direitos de terceiros, incluindo direitos de privacidade e direitos de propriedade intelectual (CSE, 2017).

O atual sistema acadêmico pressiona pesquisadores, exigindo o aumento do número de publicações e condicionando a permanência deles no meio científico a esses critérios quantitativos. A cobrança pelo aumento da quantidade de publicações faz com que o pesquisador invista menos em aspectos qualitativos relacionados aos cuidados éticos e à integridade na publicação, ameaçando o seu *status* e ferindo os princípios éticos preconizados pela comunidade científica (LINS, 2014).

A autoria estabelece a responsabilidade pelo artigo publicado. Uma prática de periódicos e editores que tem se tornado relativamente difundida é exigir que autores descrevam suas contribuições individuais, que são publicadas em um local designado no artigo (AMORIM, 2019). Isso busca minimizar questões atuais relacionadas à produção de texto com ajuda de programas de inteligência artificial. O advento da Inteligência Artificial (IA) impõe mais escolhas ao pesquisador, mas preciso compreender como continuar a ser o protagonista da pesquisa. As respostas dadas pela máquina devem funcionar meramente como elementos de cooperação para que o pesquisador permaneça tentando responder à sua pergunta de pesquisa. É imprescindível que o autor esteja firme no reconhecimento de sua responsabilidade de

pesquisador (PIMENTEL; AZEVEDO; CARVALHO, F2023).

Para Farias (2023, p. 79) “[...] O ChatGPT faz com que questões éticas, de inovação e autoria sejam questionadas [...]”. O auxílio de recursos tecnológicos na produção de textos determina questionamentos, exige reflexões e debates entre pesquisadores, a fim de sejam estabelecidos critérios específicos e boas práticas, para que a IA possa ser um recurso que auxilie o pesquisador, mas que não o substitua. Há de haver um limite nessa colaboração bem como a responsabilidade do pesquisador de apresentar claramente os dados colhidos por meio dessa ferramenta (PIMENTEL *et al.*, 2023).

b) *Plágio e autoplágio*

Os editores protegem a reputação do periódico contra desvios éticos de conduta por parte dos autores, atentando-se para questões relativas à violação de direitos autorais e plágio. Os periódicos devem garantir as melhores práticas em publicações e proteger os direitos dos autores, investigando as reivindicações de plágio ou uso indevido de artigos publicados. Cabe a eles a responsabilidade em desenvolver ações preventivas, que impeçam a publicação de dados que não sejam expressamente autênticos, e em promover práticas adequadas de publicação para a comunidade científica (BOSCH *et al.*, 2012).

Muitos editores de periódicos e livros adotam sanções diante da ocorrência de plágio e autoplágio, tais como: descarte do manuscrito para publicação; suspensão temporária ou permanente dos autores para enviar publicações posteriores até a emissão de um boletim no qual a instituição de filiação e outros periódicos sejam alertados sobre o caso. Os editores podem também solicitar que o autor reescreva trechos repetidos, caso a replicação não seja considerada significativa, ou exigirem a publicação de correção ou retratação de artigos já publicados (COPE, 2017).

Atualmente muitos periódicos incluem a verificação de plágio para evitar escândalos por publicar artigos com dados previamente divulgados ou de autoria de outras pessoas (PEZUK *et al.*, 2020). Para tanto, os artigos enviados são submetidos ao *software* de verificação de duplicidade⁴,

⁴Anti-Plagiarism, Anti Plagiarist – ACNP Software, Aprobo, Canexus, Check For Plagiarism, Compilatio, CopioNic, Copy spider, Copy leaks, Copy catch, Cross check, Déjà Vu, DOC Cop, Do code, Document Source Analysis (DSA), Dupli Checker, eTBLAST, Ephorus, Essay Have, Et blast, EVE-2, Farejador de Plágio, Ferret, Glatt Self-Detection Test, Grammarly,

no intuito de constatar se há coincidências e semelhanças entre eles e os publicados anteriormente em outras fontes (LINS, 2014). Estes *softwares* comparam múltiplos documentos, buscam similaridades na internet e em bancos de dados, realizam a leitura eletrônica dos textos apresentados, analisam a estilometria do texto, fazem o rastreamento comparativo em vários *sites* de busca na internet e em bases de dados, verificando se foi copiado uma frase ou um parágrafo, por exemplo (COMAS; RAMIRES; GALLARDO, 2014; TORRES; ALVES, 2017; PEZUK *et al.*, 2020).

Havendo constatação de plágio ou da inclusão de material de direitos autorais de terceiros sem permissão ou com confirmação insuficiente, ou quando a autoria do artigo é duvidosa, o editor pode assumir diversas posições: publicar uma errata ou corrigenda (correção); retratar o artigo; reportar o assunto ao chefe de departamento ou reitor da instituição dos autores e/ou órgãos acadêmicos ou sociedades relevantes; ou tomar medidas legais apropriadas (MERCADO, 2019).

Apesar de as instituições formadoras e de pesquisas divulgarem normativas para assegurar a conduta ética em pesquisa e de muitos pesquisadores terem acesso a capacitações relacionadas as boas práticas na produção e na divulgação de pesquisas, o plágio continua sendo um problema importante nas publicações científicas, na ciência e na produção de textos acadêmicos, já que, às vezes, com a urgência de publicações, alguns periódicos não comprovam corretamente a autoria dos textos, publicando artigos total ou parcialmente plagiados, sendo necessárias, então, retratações ou reconhecimentos posteriores (PENNISI *et al.*, 2021).

c) Submissões simultâneas e as publicações manipuladas

Os autores têm a obrigação de se certificarem que seus artigos sejam baseados em pesquisa original e nunca antes publicados. Submeter ou resubmeter artigos para publicação duplicada intencionalmente é considerado quebra de ética em publicações (AMORIM, 2019; SEVERINO, 2019a). É necessário sempre informar sobre qualquer submissão anterior do artigo (inclusive apresentações, resumos e postagens de resultados ou registros) que possa ser

Integriguard, iThenticate, J plag, MOSS, Noplac.com, Paper Rater, Plag Tracker, Plag.es, Plag Aware, Plagiarism Advice, Plagiarism Checker, Plagiarism Detector, Plagiarism Detection, Plagiarism Finder, Plagiarism Software, Plagiarism Stoppers, Plagiarism.org, Plagiarism.org.plagiarism, Plagiarism Online, Plagiserve.com, Plagium, Plagius, Plag Scan, Quetex.com, Safe Assign, Salid Seo Tools, Search Engine Reports, See Sources, Small Seo Tools, TBLAST, Turnitin, Urkund, Viper, W Copy find, Word check Yap.

considerada uma submissão duplicada. Há maior possibilidade de violação de direitos autorais de um mesmo material, caso esse seja cedido para mais de um editor (APA, 2012).

A publicação de um trabalho em partes, sem justificativa plausível, caracteriza-se como uma publicação fracionada, e isso resulta na submissão de vários manuscritos semelhantes e/ou pouco relevantes com base na mesma pesquisa, ocorrendo uma “[...] distorção da literatura, especialmente em revisões ou metanálises” (APA, 2012, p.31).

Há, ainda, o caso da publicação aumentada, quando são acrescentados novos dados a trabalhos anteriormente publicados, repetindo resultados já discutidos. Essa reciclagem de texto é marcada pela repetição de trechos de trabalhos já publicados, podendo ser enquadrada como um autoplágio. Só é aceitável que a pesquisa seja repetida, se levar a conclusões diferentes ou novas ou a comparações com novos dados. Em todos as circunstâncias, é imprescindível que estejam explícitas as referências ao trabalho anteriormente publicado (PENNISI *et al.*, 2021; SEVERINO, 2019a).

d) Citações coercitivas (coercive citation)

Conduta fraudulenta de editores e revisores no processo de avaliação de artigos de periódicos, relacionada às métricas de desempenho, incluindo o Fator de Impacto (CSE, 2017), pode gerar aumento indevido do número de citações, o que caracterizaria a manipulação delas.

Pode ocorrer que, no processo de revisão por pares, seja sugerido que o autor considere artigos específicos que possam estar relacionados com o tema em apreço. A coerção acontece quando os editores sugerem que sejam citadas referências que não estejam relacionadas ao tema em apreço: nenhuma razão é apresentada, tampouco é sugerido qualquer artigo em particular – tudo que querem é que algo do periódico seja citado (CSE, 2017).

Em casos de autocitação e da troca de citações, os autores citam de forma desproporcional um grande número de seus próprios artigos em grande parte de suas publicações. É possível também ser identificada uma troca de citações, quando um grupo de acadêmicos associados a um pesquisador concorda em citar preferencial e regularmente os artigos uns dos outros em todas ou na maioria de suas publicações (CSE 2017).

e) *Conflitos de interesses na avaliação dos pares e na divulgação científica*

Conflitos de interesse (KRIMSKY, 2019; PENNISI *et al.*, 2021; PESSANHA, 2001) surgem quando autores, revisores ou editores têm interesses que afetam inadequadamente os resultados de uma investigação e sua publicação. O CSE (2017, p. 22) define conflito de interesse como “[...] condições nas quais uma pessoa detém interesses conflitantes ou concorrentes que poderiam influenciar as decisões editoriais.” Evitar conflitos de interesse é um grande desafio, mas muito benéfico para uma editora ou periódico, dado que a existência de situações que afetem a objetividade do processo de avaliação interfere na credibilidade do veículo e pesquisadores a eles associados. Os conflitos de interesse podem ser pessoais, financeiros diretos e indiretos e não financeiros e podem ocorrer com qualquer agente envolvido no processo, pesquisadores, autores, editores e revisores. Todos os autores devem divulgar quaisquer relações financeiras e pessoais com outras pessoas ou organizações que possam influenciar de forma inadequada (tendenciosidade) seu trabalho (PENNISI *et al.*, 2021).

Para o COPE (2017a), conflitos de interesse surgem, quando autores, revisores ou editores têm interesses que não são totalmente evidentes e que podem influenciar seus julgamentos sobre o que é publicado. São exemplos de possíveis conflitos de interesse: vínculo empregatício, consultorias, posse de ações, honorários, solicitações/registros de patentes e subvenções ou qualquer outro tipo de financiamento (CSE, 2017).

Alguns periódicos requerem uma declaração formal de interesses conflitantes, permitindo que uma declaração seja realizada dentro do artigo publicado. Potencial interesse conflitante pode surgir de relações, lealdades ou hostilidades para grupos, organizações ou interesses específicos, o que pode influenciar excessivamente seus julgamentos ou ações (CSE, 2017).

Caso um conflito de interesses não seja declarado ao periódico após a apresentação, ou durante a revisão e afetar a interpretação real ou potencial dos resultados, o manuscrito pode ser rejeitado ou retratado (PENNISI *et al.*, 2021). O editor deve recusar avaliar os manuscritos em que haja conflitos de interesse por questões competitivas, colaborativas ou outros relacionamentos ou ligações com qualquer um dos autores, empresas ou (possivelmente) instituições ligadas aos manuscritos.

Cabe ao avaliador divulgar aos editores quaisquer conflitos de interesse que possam

influenciar suas opiniões sobre o manuscrito e, quando apropriado, declarar-se desqualificado para analisá-lo (AMORIM, 2019). Caso seja constatado conflito de interesse em uma pesquisa já publicada, o manuscrito deve ser removido do periódico e, em nota, devem ser divulgadas as razões que implicaram na decisão dos editores. Além disso, essa ocorrência deverá ser comunicada à instituição à qual os autores são afiliados (COPE, 2017a).

Materiais inéditos divulgados em um manuscrito submetido não devem ser utilizados em pesquisas próprias de um editor ou membro do Conselho Editorial sem o consentimento expresso e por escrito do autor. Informações privilegiadas ou ideias obtidas por meio da leitura por pares devem ser mantidas confidenciais e não utilizadas para proveito pessoal (CARVALHO, 2019). Os pareceristas não devem ler os manuscritos em que têm interesses ou ainda ter relações com qualquer um dos autores dos artigos. Editores devem denunciar condutas impróprias na revisão por pares (*peer review*) de propostas de pesquisa ou resultados (incluindo manuscritos submetidos para publicação); apropriação indevida do conteúdo do material (CSE, 2017).

Quais as possibilidades de correção ética da literatura?

Ao ser detectada má conduta em um manuscrito, o pesquisador avaliador ou editor deve comunicá-la, corrigi-la e tomar providências para minimizar as consequências decorrentes do erro.

São várias as condutas de correção, que, dependendo da gravidade do fato constatado como não ético ou de responsabilidade duvidosa, podem ser impetradas, tais como: informar ou educar autores e revisores sobre os padrões éticos que devem ser adotados, solicitando correção; enviar uma carta formal, alertando sobre má conduta na pesquisa; publicar uma nota, alertando os leitores sobre a má conduta; publicar um editorial sobre a má conduta; escrever uma carta formal para a universidade ou agência de fomento, denunciando o autor sobre má conduta na pesquisa; retirar o artigo do periódico, explicando aos leitores o motivo, enviando uma carta à instituição de ensino e às bases de indexação; denunciar o caso à justiça e aos órgãos responsáveis. Também pode ocorrer a exclusão do artigo e banir do periódico os autores responsáveis pela publicação, quando for aprovado (COPE, 2017b).

São mecanismos para manter a integridade da publicação: a retratação, o cancelamento e a manifestação de preocupação com artigos científicos.

A retratação de um artigo científico funciona como um alerta de que a pesquisa apresenta algum problema ou falha com vistas à correção do registro e da memória científica. A retratação auxilia para corrigir e para chamar a atenção dos leitores para publicações que contenham dados falhos ou errôneos que não podem ser conferidos como verdadeiros (GOLDIM, 2016; STEEN, 2011). O procedimento é realizado sempre no mesmo periódico em que o artigo foi publicado, e o artigo, que sofre retratação, possui uma marca d'água, que é um selo de “*retracted*”, em toda sua extensão e pode ser acessado por meio de seu *Digital Object Identifier* (DOI).

As causas da retração de artigos publicados, de acordo com Steen (2011) e o COPE (2017b), são: não cumprimento de requisitos no processo editorial; comprovada falsificação de informações e com a qual o processo editorial foi avançado; verificação de más práticas editoriais pelos autores; violação dos princípios éticos que deveriam ter sido observados; inclusão de informações imprecisas ou imprecisas deliberadamente; duplicação ou autoplágio, plágio, manipulação de imagens em experimentos, dados falsos, revisões falsas (*fake peer reviews*), erros do editor (*Publish error*) como publicar duas vezes o mesmo artigo, *legal reasons* (razões jurídicas), *not reproducible* quando o estudo ou experimento não pode ser reproduzido (CASSÃO; HERBELLA, 2021; FANG; STEEN; CASADEVALL, 2012).

De acordo com o Scielo (2019, p.2): “A retratação é um instrumento público para registrar problemas em artigos publicados (retratação parcial) ou comunicar o seu cancelamento (retratação total) e é parte integral do sistema de comunicação científica”. O registro da retratação se dá a partir da comunicação formal acompanhada do texto de retratação, informando os motivos pelos quais o artigo sofrerá retratação, sem emitir juízos de valor sobre o comportamento dos autores.

Para Fanget *et al.* (2012), Cassão e Herbella (2021), a retratação de artigos científicos é um dos mais graves problemas da divulgação científica e é instrumento público para registrar e/ou corrigir problemas de um artigo publicado ou comunicar o seu cancelamento. Quando uma inconsistência grave é apontada em um artigo, o editor do periódico que publicou o texto “marca” o artigo de alguma maneira, que pode ser com uma tarjeta preta, uma menção no *site* do periódico ou em um dos números posteriores à publicação do artigo com erros. Um aviso de retração aparecerá na versão *online* e na cópia impressa do próximo volume ou emissão da publicação.

Se o problema for encontrado em artigos já publicados, os editores devem considerar a

possibilidade de publicar uma correção ou de fazer a retratação do artigo. O comitê científico do periódico analisará o caso e, em função da gravidade, poderá determinar uma penalidade. As sanções podem variar da suspensão de publicações do autor/autores no periódico, temporária ou permanentemente no periódico, até a emissão de um boletim, contendo informações acerca da má conduta dos autores, endereçado à instituição a qual pertencem e a outros periódicos (COPE, 2017b).

As retratações identificam um artigo que foi publicado anteriormente e será retratado através de uma emissão formal do autor, editor, *Publisher* ou outro agente autorizado. As retratações referem-se a um artigo na sua totalidade, o que resulta de um erro generalizado, pesquisa não reproduzível, má conduta científica ou publicação duplicada. O artigo não é suprimido do veículo onde foi originalmente publicado, e o texto da retratação deve explicar porque o artigo está sendo objeto de retratação e deve incluir uma citação completa do artigo que sofre a retratação.

As erratas são feitas para indicar alterações ou emendas em um artigo, frequentemente referidas como correções ou corrigendas, independentemente da natureza ou origem do erro. Diferente da retratação, a errata aponta correções para uma parte pequena e isolada de um artigo mediante outra forma mais confiável.

Os editores devem verificar em bases de indexação as instruções quando houver errata referente a nomes de autor e títulos, para que os problemas de busca *online* possam ser devidamente corrigidos.

Diante da constatação de fraudes, suspeita de fraude, plágio, autoplágio, publicações duplicatas ou infrações éticas, ou diante de qualquer outra má conduta constatada em manuscritos já publicados, os editores podem julgar a necessidade de “despublicação”. Nesses casos o periódico publica uma nota, considerando o referido manuscrito inadequado como fonte de referência para outros autores, e os responsáveis pelo manuscrito assumirão as consequências da má conduta com o periódico e as instituições promotoras da pesquisa (CASSÃO, HERBELLA, 2021; WATANABE, 2014).

Quando uma conclusão não é clara ou quando não se pode tomar uma decisão justa devido a conflitos de interesse ou falta de informação, será publicada uma “expressão de preocupação” com relação ao artigo, a qual aparecerá na versão *online* do artigo, a fim de

garantir a visibilidade de todos os leitores, incluindo os não assinantes (CSE, 2017, p.26).

Quais as reflexões que podem ser feitas acerca da formação do educador pesquisador para as boas práticas na divulgação da pesquisa?

As instituições de ensino superior (IES), quando formam um pesquisador, em destaque o educador pesquisador, devem sopesar que, ao longo da jornada de pesquisa, esse profissional pode ocupar diversos papéis em projetos e as mais variadas ocupações relacionadas a pesquisa (relator, editor, avaliador, membro de comitês de ética, gestor de instituições de pesquisa, dentre outros), o que exige reflexões acerca de quais atributos subsidiariam a formação desse educador para que, em qualquer ocupação, possa atuar a partir de princípios e valores éticos defendidos por ele, como um sujeito de escolhas na fala de Peixoto (2021), e como parte de uma comunidade científica.

Diante das várias situações que ferem a integridade na divulgação científica, é necessário que as IES, instituições de pesquisa e Programas de Pós-Graduação (PPG) invistam na formação de pesquisadores acerca da integridade na divulgação científica, capacitando-os a evitar práticas de má conduta na pesquisa e na divulgação científica (DE LA FARE; CARVALHO; PEREIRA, 2017; NUNES, 2017).

Na área da Educação, há de se construir uma cultura mais consistente no tratamento das questões éticas, não se fazendo necessário aguardar que o pesquisador esteja em níveis mais elevados na Academia para que possa ser educado/formado para o desenvolvimento de boas práticas em pesquisa. Em todos os níveis de formação deve haver o compromisso de todos os envolvidos na pesquisa de fazê-la de forma ética, bem como de difundi-la, respeitando os princípios éticos já consolidados por regulações específicas (DE LA FARE *et al.*, 2017; DE LA FARE, 2019; MAINARDES, 2017b; NUNES, 2017).

Os periódicos também podem assumir papel ativo no processo de educação para a ética e a integridade na pesquisa. A padronização da apresentação de políticas editoriais no início dos periódicos impressos e a disponibilidade delas nas primeiras informações em páginas virtuais pode ser ampliada por informações práticas que atentem para a responsabilidade do autor em todas as etapas da pesquisa e por mecanismos de maior comunicação entre os comitês éticos

dos periódicos e os pesquisadores interessados em divulgar um estudo.

Aos educadores pesquisadores, quando na função de revisores, são exigidas atribuições que não lhe estão apresentadas nos currículos aos quais foram submetidos ao longo do processo formativo. É possível existirem ações de formação em integridade na pesquisa dirigidas às necessidades dos revisores de periódicos. Na ausência de processos formativos específicos, os revisores tendem a aprender por tentativa e erro a avaliarem textos científicos, alguns ditos recebem orientação em algum momento da carreira acadêmica quando encontram revisores experientes que atuam como multiplicadores do conhecimento.

Os processos formativos em educação que tenham como objetivo promover o desenvolvimento de habilidades específicas ligados à publicação devem contemplar diversos temas, como por exemplo: *softwares* de avaliação de plágio em manuscritos; revisão aberta de manuscritos; formação para o letramento editorial; responsabilidades dos editores de periódicos na integridade na pesquisa; problemas éticos e legais relacionadas à divulgação de dados que podem expor a privacidade dos indivíduos; protocolos para revisores de artigos de periódicos; ética na avaliação de manuscritos de periódicos científicos; novos modelos de comunicação científica; uso de métricas para avaliar o impacto da pesquisa.

Considerações finais

Em todos os cenários formativos na área da Educação deve haver a difusão das normativas nacionais e internacionais relacionadas à integridade e à ética na pesquisa. Questões envolvendo a autoria e a integridade na pesquisa devem ser estudadas, discutidas e enfrentadas em qualquer nível de formação do educador, levando em consideração as mudanças sociais, como a que estamos vivenciando em função da IA, e a fenomenologia dos processos interativos que se dão internamente na academia e os resultados desses para a sociedade.

Questões acerca da autoria, do plágio e do autoplágio, submissões simultâneas, publicações manipuladas e as demais fragilidades éticas apontadas ao longo do texto exigem movimentos na academia a favor da promoção da cultura da integridade na divulgação científica. Editores de periódicos também têm papel relevante para promover informações e procedimentos relativos à integridade da pesquisa nos veículos de divulgação científica da área de Educação.

Por fim, a cultura da ética e da integridade na pesquisa deve ser valorizada pelos diversos atores envolvidos com a pesquisa (pesquisadores, pesquisadores formadores, instituições de pesquisa e editores de periódicos) e a atuação desses deve impedir o fluxo da difusão de pesquisas que não apresentem garantias de que foram desenvolvidas com responsabilidade.

Referências

AERA. American Educational Research Association. *Code of Ethics – Educational Researcher*, v. 40, n. 3, p. 145-156, 2011. Associação Americana de Pesquisa Educacional. Versão traduzida por Elita de Medeiros e revisada por Jefferson Mainardes. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p. 1041-1065, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/10607/6069> Acesso em: 11 abr. 2023.

ALBUQUERQUE, U P. Qualidade de publicações científicas: considerações de um editor no final do mandato. *Acta Bot. Bras.*, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 292-296, mar. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-33062009000100031>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ALMEIDA, F.; SEIXAS, A.; GAMA, P.; PEIXOTO, P.; ESTEVES, D. (coord.). *Fraude e plágio na universidade: a urgência de uma cultura de integridade no ensino superior*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2016.

AMARAL FILHO, F. S. Ética e pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais: um caso a ser pensado. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, p. 257-266, jan./abr. 2017.

AMORIM, A. C. Aspectos éticos nos periódicos da área de Educação. In: ANPED. *Ética e pesquisa em Educação: subsídios*. v. 1. Rio de Janeiro: Anped, 2019. p. 114-118. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_2019_17_jul.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

ANPED. *Ética e pesquisa em Educação: subsídios*. v. 1. Rio de Janeiro: Anped, 2019. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_2019_17_jul.pdf. Acesso em: 28 abr. 2023.

ANPED. *Ética e pesquisa em Educação: subsídios*. v.2. Rio de Janeiro: Anped, 2021. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/anped-disponibiliza-gratuitamente-o-e-book-etica-e-pesquisa-em-educacao-subsidios-volume-2>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ANPED. *Ética e pesquisa em Educação: subsídios*. v. 3. Rio de Janeiro: Anped, 2023. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_volume

_3_2023_1.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

APA. American Psychological Association. *Manual de publicação da APA*. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: Penso, 2012.

APA. American Psychological Association. *Publication manual of the American Psychological Association: the official guide to APA style*. 7 ed. APA, 2020. Disponível em: <https://apastyle.apa.org/instructional-aids/tutorials-webinars>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ÁVILA, A.P. A fraude acadêmica hoje: as causas sociais e as respostas institucionais. *Revista Quaestio Iuris*, Universidade de Estado do Rio de Janeiro, v. 8, n. 4, p.2264-2286, 26 dez. 2015. <http://dx.doi.org/10.12957/rqi.2015.20927>. Acesso em: 17 ago. 2023.

BOSCH, X.; HERNANDEZ, C.; PERICAS, J. M.; DOTI, P.; MARUSIC, A. Misconduct polices in high impact Biomedical Journals. *Plos One*, ano 7, n. 12, e51928, 2012. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0051928>. Acesso em: 30 mar. 2023.

BROOKS, R.; TERIELE, K.; MAGUIRE, M. *Ética e pesquisa em Educação*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2017.

CARVALHO, J. M. Conduta na avaliação de textos submetidos à publicação. In: ANPED. *Ética e pesquisa em Educação: subsídios*. v.1. Rio de Janeiro: Anped, 2019. p.111-113. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_2019_17_jul.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

CASSÃO, B. D.; HERBELLA, F. A. Problemas éticos e cancelamentos de artigos científicos. In: FAINTUCH, J. (ed.). *Ética em pesquisa: em Medicina, Ciências Humanas e da Saúde*. São Paulo: Manole, 2021. p. 261-266.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Relatório da Comissão de Integridade de Pesquisa do CNPq*. Brasília: CNPq, 2011. Disponível em: <http://www.cnpq.br/documents/10157/a8927840-2b8f-43b9-8962-5a2ccfa74dda>. Acesso em: 15 mar. 2023.

COMAS, R.; RAMIRES, S.; GALLARDO, J. M. Programas de detección de plagio académico: conocimiento y uso por parte del profesorado de eso y consejos para su utilización. *Edutec. Revista Electrónica de Tecnología Educativa*, n. 49. p. 285, 30 sep. 2014. Disponível em: http://edutec.rediris.es/revelec2/revelec49/n49_comas-urbina-gallardo.html. Acesso em: 10 abr. 2023.

COPE. Committee on Publication Ethics. *Ethical guidelines for peer reviewers*, 2015a. Disponível em: <http://publicationethics.org/files/Peerreview20guidelines.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

COPE. Committee on Publication Ethics. *Principles of transparency and best practice in scholarly*

publishing, 2015b. Disponível em:

http://publicationethics.org/files/Principles_of_Transparency_and_Best_Practice_in_Scholarly_Publishingv2.pdf. Acesso em: 16 jan. 2023.

COPE. Comitê de ética em Publicações. *Orientação sobre boa prática em publicações*, 2017a. Disponível em: http://www.fisiocirurgiauerj.org/Comite_de_Etica_em_Public_COPE.pdf. Acesso em: 02 abr. 2023.

COPE. *Princípios do Código de Conduta e Normas de Boas Práticas para Editores de Revistas do Comitê sobre Ética na Publicação*, 2017b. Disponível em: <http://publicationethics.org/resources/code-conduct>. Acesso em: 10 fev. 2023.

COSTA, L. M.; PIMENTA, M. A. Um estudo sobre a prática da fraude acadêmica em quatro continentes. *Multitemas*, Campo Grande, n. 47, p.109-128, jan./jun. 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/306079024_Um_estudo_sobre_a_pratica_da_fraud_e_academica_em_quatro_continentes. Acesso em: 10 fev. 2023.

CSE. Council of Science Editors. *CSE's white paper on promoting integrity in scientific of science editors*, 2012. Disponível em: <http://www.councilscienceeditors.org/resource-library/editorial-policies/white-paper-on-publication-ethics>. Acesso em: 02 fev. 2023.

CSE – *Diretrizes do CSE para promover integridade em publicações de periódicos científicos*. Atualização de 2012. São Paulo: ABEC, 2017. Disponível em: [www.abecbrasil.org.br/arquivos/white paper cse, pdf](http://www.abecbrasil.org.br/arquivos/white%20paper%20cse.pdf). Acesso em: 10 jan. 2023

DE LA FARE, M. Ética no processo de formação de pesquisadores. In: ANPED. *Ética e pesquisa em Educação: subsídios*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Anped, 2019, p.119-123. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_2019_17_jul.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

DE LA FARE, M.; SAVI NETO, P. A regulação da conduta dos pesquisadores na ciência brasileira: um problema de pesquisa ou um problema para a pesquisa em educação? *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, p. 319-332, jan. /abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.14n1.017>.

DE LA FARE, M.; CARVALHO, I. C.; PEREIRA, M. V. Ética e pesquisa em educação: entre a regulação e a potencialidade reflexiva da formação. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 192-102, maio/ago. 2017. DOI: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2017.2.27603>.

DINIZ, D.; SUGAI, A. Ética em pesquisa: temas globais. *RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde*. Rio de Janeiro, v.2, Sup.1, p. sup.4-sup.6, dez. 2008 Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/969>. Acesso em: 02 abr. 2023.

DOMINGUES, E. Autoria em tempos de “produtivismo acadêmico”. *Psicologia em Estudo*.

Maringá, abr./jun. 2013.p. 195-198. Disponível em:
<https://www.redalyc.org/pdf/2871/287128992001.pdf>. Acesso em: 24 mar.2023.

FANG, F. C.; STEEN, R. G.; CASADEVALL, A. Misconduct accounts for the majority of retracted scientific publications. *PNAS*, v. 109, n. 42, p. 17-33, 2012. Disponível em:
<https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.1212247109>. Acesso em: 12 mar.2023.

FAPESP. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. *Código de boas práticas científicas*. São Paulo: FAPESP, 2014. Disponível em:
https://fapesp.br/acordos/SECOVI/boas_praticas.pdf Acesso em: 15 abr. 2023.

FARIAS, S. A. DE. Pânico na Academia! Inteligência Artificial na construção de textos científicos com o uso do ChatGPT. *Revista Interdisciplinar de Marketing*, v. 13, n. 1, p. 79-83, 29 jan. 2023. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rimar/article/view/66865>. Acesso em: 26 abr.2023.

FERNANDES, M. S.; FERNANDES, C. F.; GOLDIM, J. R. Autoria, direitos autorais e produção científica: aspectos éticos e legais. *Rev HCPA - Hospital de Clínicas de Porto Alegre: Seção Bioética*, Porto Alegre, RS, Brasil., v. 28, n. 1, p.26-32, 2008. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/hcpa/article/view/4412>. Acesso em: 02 fev. 2023.

FERNANDES, M. R. QUEIROZ, M.C.C.A.M.; MORAES, M.R. de; BARBOSA, M.A.; SOUSA, A. L.L. Padrões éticos adotados pelas revistas científicas brasileiras das especialidades médicas. *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 57, n. 3, p. 267-271, 2011. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ramb/a/KGmnHXHjGfsSZVhCxT3cBBB/?lang=pt#>. Acesso em: 10 jul. 2023.

GOLDIM, J. R. Ciência e pesquisa eticamente corretas. In: AUDY, J. L.; MOROSINI, M. C. (org.). *Inovação, universidade e integridade na pesquisa*. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.p. 91-104.

GOLDIM, J. R. Integridade na pesquisa: um desafio sempre atual. In: PHITAN, L. H.; BARCELLOS, N. L. (org.). *Integridade na pesquisa e propriedade intelectual na universidade*, Porto Alegre: EdIPUCRS, 2016. p. 15-24.

GRAY, P. W.; JORDAN, S. R. Supervisors and academic integrity: supervisors as exemplars and mentors. *J Acad. Ethics*, v. 10, p. 299-311, 2012.

HAMES, I. The current state of peer review: criticism, challenges and innovations. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORES CIENTÍFICOS, 7, Anais [...], Florianópolis, 2012. Disponível em:
https://www.abecbrasil.org.br/novo/eventos/vii_workshop/palestras/ssep/Irene.pdf Acesso em: 10 jan. 2023.

HILÁRIO, C. M.; GRÁCIO, M. C. C.; GUIMARÃES, J. A. C. Aspectos éticos da coautoria em

publicações científicas. *Em questão*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/76312/47506>. Acesso em: 23 fev. 2023.

KISCHBAUM, C.; MARCARENHAS, A. O. Nos limites da autonomia: reflexões sobre práticas de *blind review* e editoria de revistas científicas em Administração no Brasil. *Revista de Administração de Empresas- eletrônica*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 1-21, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/raeel/v8n1/a06v8n1.pdf> Acesso em: 11 jun. 2023.

KRIMSKY, S. *Conflicts of interest in Science: how corporate-funded academic research can threaten public health*. New York: Hot Books, 2019.

LINS, L. Retratação científica e pseudociência. *Scielo em Perspectiva*. 2014. Disponível em: <http://blog.scielo.org/blog/2014/09/30/retratacao-cientifica-e-pseudociencia/#.V6m-hPkrLIU> Acesso em: 10 jul. 2023.

MAINARDES, J. Comentários sobre o Código de ética da AERA. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.12, n.3, p. 1066-1070, set/dez. 2017a. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/10609/6070> Acesso em: 11 jun. 2023.

MAINARDES, J. A ética na pesquisa em educação: panorama e desafios pós-Resolução CNS nº 510/2016. *Educação*, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 160-173, maio-ago. 2017b. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/26878>. Acesso em: 11 fev. 2023.

MERCADO, L. P. Plágio e autoplágio. Ética na pesquisa em Educação. In: ANPED. *Ética e pesquisa em Educação: subsídios*. Volume 1, p.98-104. Rio de Janeiro: Anped, 2019. Disponível em: https://anped.org.br/sites/default/files/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_isbn_final.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

MORAIS, P. R.; BAPTISTA, M. Divulgação dos resultados de uma pesquisa e disseminação do conhecimento científico. In: BAPTISTA, M. N.; CAMPOS, D. C. *Metodologia de pesquisa em Ciências: análises quantitativa e qualitativa*. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

NATIONAL Academies of Sciences, Engineering, and Medicine. *Fostering Integrity in Research*. Washington, DC: The National Academies Press, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.17226/21896>. Acesso em: 12 mar 2023.

NUNES, J. B. Formação para a ética em pesquisa: um olhar para os programas de pós-graduação em Educação. *Educação*, v. 40, n. 2, p. 183-191, 30 ago. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/26889/15894>. Acesso em: 11 mar. 2023.

OLIVEIRA, G. F. A conduta ética nas publicações científicas. *Caderno de Cultura e Ciência*,

Universidade Regional do Cariri – Urca, p. 1-3. set. de 2015. Disponível em:
<http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/cadernos/article/view/977>. Acesso em: 02 mar. 2023.

OLIVEIRA, M. B. de. A epidemia de más condutas na ciência: o fracasso do tratamento moralizador. *Scientia e Studia*, São Paulo, v.13. v.4, p.867-897, 2015. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ss/a/hMs7Y4FVZvbjwHkmYKTn3Ny/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 março 2023.

PADILHA, M. I.; RAMOS, F. R.; BORENSTEIN, M. S.; MARTINS, C. R. A responsabilidade do pesquisador ou sobre o que dizemos acerca da ética em pesquisa. *Texto contexto - enferm.* [online]. 2005, v.14, n.1, p.96-105. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072005000100013>. Acesso em: 10 mar. 2023.

PEIXOTO, P. Integridade na prática científica. In: ANPED. *Ética e pesquisa em Educação: subsídios*. v. 2. Rio de Janeiro: Anped, 2021.p. 47-55. Disponível em:
<https://www.anped.org.br/news/anped-disponibiliza-gratuitamente-o-e-book-etica-e-pesquisa-em-educacao-subsidios-volume-2>. Acesso em: 28 mar. 2023.

PENNISI, P.R.; FRANCO, A.; PARANHOS, L.R. Falhas éticas na publicação de estudos científicos. In: FAINTUCH, J. 9 (editor). *Ética em Pesquisa: em Medicina, Ciências Humanas e da Saúde*. São Paulo: Manole, 2021.p. 253-260.

PESSANHA, C. Criterios editoriales para la evaluación científica: notas para la discusión. *Acimed*, Ciudad de La Habana, v.9, n. 4, p. 131-134, 2001. Disponível em:
<http://scielo.sld.cu/pdf/aci/v9s4/aci21100.pdf> Acesso em: 11 jan. 2023.

PEZUK, J. A.; DINIZ, S. N.; PEREIRA, R. M.; GONÇALVES, I. D.; COSTA, N. M.; DIAS, M. A. El uso de softwares para identificar plágio em textos acadêmicos y educacionales. *Educ. Pesqui*, São Paulo, v. 46, e217838, 2020. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ep/a/fKpzJbKfvGFDPpmvqJyMdnh/abstract/?lang=en>. Acesso em: 20 mar.2023.

PIMENTEL, M.; AZEVEDO, V.; CARVALHO, F. ChatGPT é realmente inteligente? *SBC Horizontes*, 17 mar. 2023. ISSN 2175-9235. Disponível em:
<http://horizontes.sbc.org.br/index.php/2023/03/chatgpt-e-realmente-inteligente/>. Acesso em:28 abr. 2023.

PINHO, J. A. Brevíssimo manual do editor: considerações sobre submissão e avaliação de artigos, o papel dos pareceristas e do editor de revistas científicas. *Organizações& Sociedade*, Salvador, v.12, n.34, p. 169-173, set. 2005. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaes/article/view/10798>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PITHAN, L. H.; BARCELLOS, M. L. (orgs.). *Integridade na pesquisa e propriedade intelectual na universidade*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2016.

PITHAN, L. H.; OLIVEIRA, A. P. Ética e integridade na pesquisa: o plágio nas publicações científicas. In: PITHAN, L. H.; BARCELLOS, M. L. (orgs.). *Integridade na pesquisa e propriedade intelectual na universidade*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2016.p. 147-164.

PITHAN, L. H.; VIDAL, T. R. O plágio acadêmico como um problema ético, jurídico e pedagógico. *Direito & Justiça*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 77-82, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/13676/>>. Acesso em: 8 abr. 2023.

RAMOS, F. S.; PIMENTA, M. A. Plágio, propriedade intelectual e produção acadêmica: uma discussão necessária. *Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM*, Universidade Federal de Santa Maria, v. 8, n. 2, p.204-218, 31 dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/198136948982>.

RESNIK, D. B.; PATRONE, D.; PEDDALA, S. Research misconduct polices of social science Journals and impact factor. *Accountability in Research: Polices and Quality Assurance*, ano 17 n. 2, p. 79-84, 2010.

ROCHA, E. S. S.; SANTOS, J. C. F. dos; SILVA, M.R. da; RODRIGUES, V. Ética e integridade na produção do conhecimento científico. *Alexandria: Revista de Ciencias de la Información*. v. 6, n. 9, p.58-76, jan./dez. 2012. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002328939>. Acesso em: 01 abr. 2023.

RODRIGUES, J. A. (Ed.). A qualidade da publicação científica. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília, v. 25, n. 1, p.3-5, jan./mar. 2009.

RUSSO, M. Ética e integridade na ciência: da responsabilidade do cientista à responsabilidade coletiva. *Estud. Aval.*, São Paulo, v. 28, n. 80, jan./abr. 2014.p. 189-198.

SANTANA, L.; FRANCISO, D. J. (orgs.). *Entrelaces entre questões éticas e metodológicas na pesquisa*. Maceió: Edufal, 2017.

SANTOS, L. H. Sobre a integridade ética da pesquisa. *Revista da FAPESP*, 2011. Disponível em: <http://www.fapesp.br/6566>. Acesso em: 6 ago. 2023.

SCIELO. *Guia para o registro e publicação de retratação (online)*. São Paulo: Scielo, 2019. Disponível em: https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/guia_retratacao.pdf Acesso em: 10 abr. 2023.

SEVERINO, A. J. Dimensão ética da investigação científica. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 199-208, jan./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.9i1.0009>.

SEVERINO, A. J. Ética e pesquisa: autonomia e heteronomia na prática científica. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 45 p.776-791, 2015.

SEVERINO, A. J. Ética na pesquisa: falsificação de dados. *In: ANPED. Ética e pesquisa em Educação: subsídios*. v 1. Rio de Janeiro: Anped, 2019a, p.106-110. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/etica_e_pesquisa_em_educacao_-_2019_17_jul.pdf. Acesso em: 25 abr. 2023.

SEVERINO, A. J. Pesquisa educacional: da consistência epistemológica ao compromisso ético. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 14, n. 3, p. 900-916, jul./set., 2019b E-ISSN: 1982-5587. DOI: 10.21723/riaee.v14i3.12445.

SHINKAI, R. S. Integridade na pesquisa e ética na publicação. *Scientia Medica*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p.2-3. 2011.

SILVA, R. G.; SILVEIRA, S. S.; CRUZ FILHO, A. M.; SOUSA-NETO, M. D. Plágio. *In: ESTRELA, C. (org.). Metodologia científica: ciência, ensino, pesquisa*. 3.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2018.p. 287-297.

STEEN, R. G. Retractions in the medical literature: Who is responsible for scientific integrity? *AMWA J*, n. 26, p. 2-7, 2011.

STENECK, N. Fostering integrity in research: definitions, current knowledge, and future directions. *Science and Engineering Ethics*, 12, p. 53-74, 2006.

TARGINO, M. G.; GARCIA, J. C. Responsabilidade ética e social na produção de periódicos científicos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.13, n. 1, p.33-54, jan./abr. 2008.

TORRES, V.; ALVES, L. R. A responsabilidade ética na pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais: uma reflexão sob a perspectiva da integridade na comunidade científica. *Revista Edapeci*, São Cristóvão, v. 17, n. 2, p. 30-45, maio/ago.2017.

VASCONCELOS, S. M. Integridade científica e correção da literatura: desafios na comunicação científicas. *In: USP. Comissão de Ética. Seminário: A Ética e a Universidade 2012-2013*. São Paulo: USP, 2014.

VASCONCELOS, S. M. Integridade científica e correção da literatura: desafios na comunicação científica. *In: PITHAN, L. H.; BARCELLOS, M. L. (orgs.). Integridade na pesquisa e propriedade intelectual na universidade*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2016.p. 25-38.

VILAÇA, M. Más condutas científicas: uma abordagem crítico-comparativa para in-formar uma reflexão sobre o tema. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 245-269, jan./mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782015206012>.

VILAÇA, M. M.; PALMA, A. Comentários sobre avaliação, pressão por publicação, produtivismo acadêmico e ética científica. *Cadernos de Pesquisa*, v.45 n.158 p.794-816, out./dez. 2015.

WATANABE, E. H. A não linearidade entre a reação de quem copia e de quem é copiado. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 199-210, jan./abr. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-40142014000100017>.

WILHITE, A. W.; FONG, E. A. Coercive citation in academic publishing. *Science*, v. 335, n. 6068, p.542–543, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.1212540>Acesso em: 10 abr. 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento ao CNPq pela concessão de Bolsa Produtividade em Pesquisa a um dos autores.

Submetido em abril 2023.

Aprovado em outubro 2023.